

Currículo, diferença e educação física: o papel formativo dos Colégios de Aplicação na tematização de gênero e sexualidade

Julia Victoria Cardoso Belo¹, Laiany Marques Guimarães², Santhiago Magalhães Almeida Nery¹, Ábia Lima de França³, Vitor Hugo Marani¹

¹ Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, Brasil

² Universidade Federal de Mato Grosso, Pontal do Araguaia-MT, Brasil

³ Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, Brasil

*Autor correspondente: vitor.marani@ufg.br

Resumo:

Este projeto investiga a tematização de gênero e sexualidade nas propostas curriculares de Educação Física de Colégios de Aplicação das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. De natureza qualitativa, a pesquisa utiliza análise documental (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015) e Análise de Conteúdo (Bardin, 2010), fundamentada nos Estudos Culturais Físicos (Silk; Andrews; Thorpe, 2017). Os objetivos foram: mapear os currículos; identificar como gênero e sexualidade aparecem em ementas, objetivos e conteúdos; e analisar de que modo essa tematização contribui para a construção de uma Educação Física voltada à justiça social. A análise dos planos de ensino resultou em quatro categorias: 1) Reconhecimento das diferenças de gênero; 2) Sexualidade; 3) Atravessamentos nas práticas corporais; 4) Processos de exclusão, discriminação e preconceito. Observou-se que a ausência dessas temáticas em diversas ementas pode revelar resistência institucional ou falta de conscientização, conforme problematizado por Butler (2018). Por outro lado, nos documentos em que gênero e sexualidade estão presentes, há uma preocupação em desenvolver práticas inclusivas e críticas, promovendo debates pedagógicos e emancipatórios. O estudo evidencia que, embora haja avanços em determinados contextos, ainda persiste a necessidade de maior incorporação desses temas nos currículos. Ao propor reflexões críticas sobre as práticas corporais e suas intersecções com as diferenças, a pesquisa aponta para a relevância de uma Educação Física comprometida com a justiça social, capaz de dialogar com a diversidade e enfrentar desigualdades historicamente naturalizadas no ambiente escolar.

Palavras-chave:

Gênero; Sexualidade; Currículo; Colégio de Aplicação.

Curriculum, Difference, and Physical Education: The Formative Role of Application Schools in the Thematization of Gender and Sexuality

Abstract:

This project investigates the thematization of gender and sexuality in the Physical Education curricula of Application Schools in the Central-West, Southeast, and South regions of Brazil. Qualitative in nature, the research employs documentary analysis (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015) and Content Analysis (Bardin, 2010), grounded in Physical Cultural Studies (Silk; Andrews; Thorpe, 2017). The objectives were: to map the curricula; to identify how gender and sexuality appear in syllabi, objectives, and contents; and to analyze how this thematization contributes to the construction of a Physical Education committed to social justice. The analysis of teaching plans resulted in four categories: 1) Recognition of gender differences; 2) Sexuality; 3) Intersections within bodily practices; 4) Processes of exclusion, discrimination, and prejudice. It was observed that the absence of these themes in several syllabi may indicate

institutional resistance or lack of awareness, as problematized by Butler (2018). On the other hand, in documents where gender and sexuality are included, there is a clear concern with developing inclusive and critical practices, fostering pedagogical and emancipatory debates. The study highlights that, although there are advances in certain contexts, there remains a need for greater incorporation of these themes into curricula. By proposing critical reflections on bodily practices and their intersections with social differences, the research underscores the relevance of a Physical Education committed to social justice, capable of engaging with diversity and addressing inequalities historically naturalized within the school environment.

Keywords:

Gender; Sexuality; Curriculum; Application School.

Currículo, Diferencia y Educación Física: El Papel Formativo de los Colegios de Aplicación en la Tematización de Género y Sexualidad

Abstract:

Este proyecto investiga la tematización de género y sexualidad en las propuestas curriculares de Educación Física de Colegios de Aplicación de las regiones Centro-Oeste, Sudeste y Sur de Brasil. De naturaleza cualitativa, la investigación utiliza análisis documental (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015) y Análisis de Contenido (Bardin, 2010), fundamentada en los Estudios Culturales Físicos (Silk; Andrews; Thorpe, 2017). Los objetivos fueron: mapear los currículos; identificar cómo género y sexualidad aparecen en programas, objetivos y contenidos; y analizar de qué modo esta tematización contribuye a la construcción de una Educación Física orientada a la justicia social. El análisis de los planes de enseñanza resultó en cuatro categorías: 1) Reconocimiento de las diferencias de género; 2) Sexualidad; 3) Intersecciones en las prácticas corporales; 4) Procesos de exclusión, discriminación y prejuicio. Se observó que la ausencia de estas temáticas en diversos programas puede revelar resistencia institucional o falta de concientización, según lo problematizado por Butler (2018). Por otro lado, en los documentos donde género y sexualidad están presentes, se percibe una clara preocupación por desarrollar prácticas inclusivas y críticas, promoviendo debates pedagógicos y emancipatorios. El estudio evidencia que, aunque existen avances en determinados contextos, aún persiste la necesidad de una mayor incorporación de estos temas en los currículos. Al proponer reflexiones críticas sobre las prácticas corporales y sus intersecciones con las diferencias, la investigación señala la relevancia de una Educación Física comprometida con la justicia social, capaz de dialogar con la diversidad y enfrentar desigualdades históricamente naturalizadas en el ámbito escolar.

Palabras clave:

Género; Sexualidad; Currículo; Colegio de Aplicación.

Introdução

Historicamente, após o fim da ditadura militar e com o surgimento de movimentos renovadores na Educação Física brasileira na década de 1980, foi possível observar um caráter humanista com os princípios filosóficos em torno do ser humano, da sua identidade (Soares *et al.*, 1992) e na inclusão do conceito de cultura no centro das discussões da área. A partir disso, emergem termos como "cultura corporal" (Soares *et al.*, 1992) e "cultura corporal de

movimento" (Bracht, 1992). Com a abertura política e uma nova atenção às vozes anteriormente marginalizadas, houve um reconhecimento crescente da diversidade de corpos e expressões de gênero, o que incentivou a inclusão dessas perspectivas nas discussões acadêmicas (Devide, 2011). A expressão da diversidade e o restabelecimento da pluralidade impulsionou também uma revisão crítica sobre os currículos universitários.

Os currículos vão além de um mero conjunto de conhecimentos neutros. Eles constituem um campo complexo de disputas de poder, discursos e identidades, conforme descrito por Tomaz Tadeu da Silva (1999), que o define como um “campo de batalha dinâmico”, onde identidades e discursos são constantemente moldados e remodelados. Paralelamente, Judith Butler (2018; 2019) revisa profundamente o conceito de gênero, destacando-o como uma performance que desafia as normas estabelecidas e transcende as categorias tradicionais de masculino e feminino.

Nesse contexto, os Colégios de Aplicação (CA) no Brasil se destacam como espaços críticos para a aplicação de teorias inovadoras na prática educacional, tanto em nível de formação inicial, por serem lócus de estágio, quanto na formação continuada, considerando que seus/as estabelecem relações com a pesquisa e a extensão universitária. Embora sigam padrões curriculares, essas instituições também funcionam como centros de vanguarda nas discussões acadêmicas, beneficiando-se das produções e avanços das universidades federais às quais estão vinculadas. No entanto, a forma como essas abordagens são implementadas varia entre as diferentes regiões do Brasil, refletindo particularidades nos aspectos educacionais, sociais e políticos.

Percebe-se, então, limitações nos temas abordados no ensino da Educação Física, o que pode estar relacionada a diversos fatores: persistência de uma visão tradicional e biologicista da disciplina, a falta de formação específica dos/as profissionais para lidar com questões de gênero e sexualidade, além de influências socioculturais que reforçam padrões heteronormativos e excludentes. Dessa maneira, a falta de aprofundamento e a não incorporação desses temas no meio acadêmico contribuem para a perpetuação de um currículo que desconsidera a pluralidade e dificulta a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático.

Nossa preocupação parte da análise realizada por Silva e Marani (2022), sobre a presença (ou ausência) das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos da Educação Física em universidades federais brasileiras. O estudo revelou um quadro de invisibilidade e fragmentação, refletindo diretamente nas práticas pedagógicas escolares. Nos cursos de

licenciatura analisados, essas temáticas apareceram de forma pontual, como iniciativas isoladas de docentes ou em componentes curriculares optativos, evidenciando a ausência de um projeto sistemático que integre criticamente os marcadores sociais da diferença à formação inicial de professores/as. A partir disso, questionamo-nos: como essas temáticas vêm sendo tratadas nos CA vinculados às Instituições de Ensino Superior Federais? Será que a mesma lógica também é reproduzida nestes espaços de formação, nos currículos da educação básica?

Essas provocações visam problematizar a capacidade da universidade de tensionar desigualdades sociais e educacionais por meio do currículo, levantando questões importantes sobre os reflexos desse cenário na educação básica. Afinal, se a formação de professores/as já é permeada por ausências e silenciamentos, cabe indagar de que modo gênero e sexualidade têm sido tematizados nos documentos curriculares de instituições escolares que, como os CA, ocupam lugar estratégico na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Tal análise pode contribuir para romper ciclos de silenciamento em torno de temas como gênero e sexualidade, promovendo uma (re)leitura da formação inicial e continuada de maneira integrada. Isso atribui aos CA o papel de espaços de experimentação curricular crítica, e à universidade, a responsabilidade de formar docentes capazes de tematizar as diferenças em uma perspectiva politicamente engajada e pedagogicamente transformadora.

O estudo de Carvalho (2021) reforça essa visão, destacando os CA como espaços privilegiados de formação docente, sobretudo por atuarem na interface entre universidade, escola e comunidade. Para o autor, o estágio supervisionado nesses colégios adquire um caráter ampliado, pois se insere em um ambiente que articula ensino, pesquisa e extensão, configurando-se como uma comunidade investigativa. Essa dimensão formativa, na perspectiva de Carvalho (2021), permite que futuros/as professores/as vivenciem processos de reflexão crítica, análise curricular e experimentação pedagógica, em diálogo com os desafios da escola básica, tensionando os vínculos entre universidade e sociedade.

Levando em consideração esse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral investigar a tematização de gênero e sexualidade no currículo de Educação Física (EF) em CA das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, a partir da análise de ementas, objetivos e conteúdos relacionados à área. Também busca-se analisar como a incorporação dessas temáticas nas propostas curriculares impacta a construção de uma Educação Física comprometida com os marcadores sociais da diferença. Espera-se que a pesquisa revele não apenas a forma pela qual gênero e sexualidade são abordados nesses currículos, bem como de

que modo essas abordagens desafiam ou contribuem para a construção de práticas educacionais inclusivas e sensíveis às questões sociais, respeitando os diferentes contextos regionais.

Metodologia

A metodologia deste artigo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015), fundamentada nos Estudos Culturais Físicos (ECF). Este projeto se caracteriza por um intelectualismo humanista voltado para a luta por justiça social, direitos universais e a erradicação das desigualdades (Silk; Andrews; Thorpe, 2017). Os documentos analisados consistem nas ementas da disciplina de Educação Física dos CA, vinculados às Universidades Federais (UFs) das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, resultando no seguinte *corpus amostral*:

Quadro 1: Seleção do *corpus* amostral da pesquisa

Região	Colégio de Aplicação / Universidade	Ementa encontrada?
Centro-Oeste	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) / Universidade Federal de Goiás (UFG)	Sim
Sul	Colégio de Aplicação (CAp) / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sim
	Colégio de Aplicação (CA) / Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sim
Sudeste	Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional (CP EBAP) / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sim
	Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) / Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sim
	Escola de Educação Básica (CAp ESEBA) / Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sim
	Colégio de Aplicação da UFRJ (Cap) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Não
	Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni) / Universidade Federal Fluminense (UFF)	Não

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

Para a coleta de dados da pesquisa, inicialmente foi realizada uma busca nos sites oficiais de cada um dos CA, com a finalidade de conhecer mais sobre cada instituição e, principalmente, localizar os documentos necessários à análise. Posteriormente, os dados

colhidos a partir dos sites e dessa pesquisa preliminar foram arquivados organizadamente em pastas categorizadas, a partir das seguintes informações: identificação, grade curricular, site, estado, data e horário da coleta, além da situação de cada colégio conforme a presença ou ausência dos documentos necessários.

A análise dos documentos seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2010), buscando entender como as temáticas de gênero e sexualidade são abordadas. Seguindo as orientações dessa metodologia, o momento inicial se concretizou por meio da busca pelos termos gênero e sexualidade nos documentos, verificando sua presença ou ausência, bem como observar de que forma esses marcadores sociais de diferença estão representados nos planos de ensino da disciplina de Educação Física nos CA das UFs nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

Para essa análise, foram utilizadas as ementas da disciplina de Educação Física, que recebem diferentes nomenclaturas conforme a instituição, tais quais: Planos de Ensino, Propostas Curriculares, Propostas de Unidade ou Plano de Unidade. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão dos CA analisados: a) ser um CA em funcionamento; e, b) disponibilizar o Plano de ensino da disciplina de Educação Física.

A pesquisa teve início com oito CA, porém após a aplicação dos critérios, somente seis UFs atenderam às exigências: UFSC, UFRGS, UFF, UFU, UFMG e UFG. As duas instituições excluídas foram desconsideradas por não fornecerem os planos de ensino de Educação Física. Além disso, a pesquisa adotou a perspectiva dos ECF para analisar o corpo e o movimento como fenômenos culturais, contribuindo para a compreensão de como as identidades de gênero são formadas e negociadas no contexto da Educação Física.

Nessa direção, os ECF configuram-se como um campo transdisciplinar dinâmico e autorreflexivo, firmado em abordagens qualitativas e críticas de investigação. Com o foco na cultura física, os ECF buscam teorizar o empírico, identificando, interpretando e intervindo nas complexas formas pelas quais a cultura física se entrelaça em diversos contextos. Assim, buscam elucidar como os corpos são organizados, representados, corporificados e experienciados em relação às operações de poder social, seja na sua mobilização ou resistência (Marani; Sá; Lara, 2021).

Gênero, Sexualidade e Educação Física nos Colégios de Aplicação

A partir da busca nas ementas, foi possível encontrar cinquenta documentos referentes à disciplina de Educação Física, distribuídos da seguinte forma: 12 da região Centro-Oeste (CEPAE/UFG), 32 da região Sul (CAP/UFRGS e CA/UFSC) e seis da região Sudeste (CAP COLUNI/UFV, CAP ESEBA/UFU e CP EBAP/UFMG). Esses documentos estão divididos entre os segmentos de Ensino Fundamental, Ensino Médio, e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como resultados iniciais, o quadro abaixo apresenta a frequência dos termos “gênero” e “sexualidade” encontrados nas ementas analisadas:

Quadro 2: Relação de quantidade de menções a “gênero” e “sexualidade” por região

Regiões e Colégios de Aplicação	Termo - Quantidade de menções
Sul (CAP/UFRGS e CA/UFSC)	Gênero - 30 menções
	Sexualidade - 0 menções
Centro-Oeste (CEPAE/UFG)	Gênero - 10 menções
	Sexualidade - 2 menções
Sudeste (CAP COLUNI/UFV, CAP ESEBA/UFU e CP EBAP/UFMG)	Gênero - 9 menções
	Sexualidade - 3 menções

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

No Quadro 2, observa-se uma distribuição desigual das menções aos termos "gênero" e "sexualidade" nas diferentes regiões do Brasil. Enquanto as universidades do sul do Brasil mencionaram “gênero” em 30 ocasiões, as instituições do centro-oeste e do sudeste sequer alcançaram metade desse número. Apesar disso, essas duas últimas regiões demonstram uma preocupação relativamente maior com o termo “sexualidade”, totalizando 12 menções às duas palavras. Além disso, a análise dos dados deixa evidente a desproporção de aparições entre “gênero” e “sexualidade”, apresentando, quando se verifica as três regiões, 49 menções para “gênero” e apenas cinco ao termo “sexualidade”, o que revela um desequilíbrio importantes nas abordagens temáticas.

O fato de a região sul apresentar um número significativamente maior de ocorrências pode indicar uma maior abertura institucional e curricular para a incorporação dessas

discussões. Um possível fator é a presença da pesquisadora Silvana Goellner, referência nos estudos de gênero em Educação Física, em uma das universidades pesquisadas. Segundo Devide *et al.* (2011, p.96), Goellner figura entre os nomes mais recorrentes nas buscas pelas palavras-chave relacionadas ao tema. No entanto, é importante considerar que a presença dos termos não garante, por si só, uma abordagem crítica ou consistente.

No caso do Centro-Oeste, chama atenção o elevado número de menções em comparação ao baixo número de colégios analisados, o que sugere uma concentração da temática em uma única instituição presente. Já no Sudeste, mesmo com três colégios examinados, a baixa frequência dos termos aponta para uma lacuna expressiva, possivelmente relacionada a diferentes tradições curriculares, prioridades institucionais ou resistências culturais na inclusão de debates sobre gênero e sexualidade na Educação Física.

Esses dados evidenciam que a presença do termo “gênero” nas ementas não ocorre de maneira uniforme, refletindo desigualdades regionais que podem estar ligadas a contextos históricos e políticas educacionais locais. O mesmo se aplica ao termo “sexualidade”, que não foi mencionado nos CA da região Sul e apareceu apenas em pouquíssima quantidade das regiões do Centro-Oeste e Sudeste. Isso pode indicar uma lacuna na abordagem desse tema nas ementas de Educação Física e uma possível insuficiência dessas discussões no cotidiano das aulas.

Essa disparidade sugere que a discussão sobre gênero e sexualidade na Educação Física pode estar mais presente em determinadas regiões do que em outras, refletindo possíveis diferenças culturais, institucionais e pedagógicas. A variação nas menções pode indicar diferentes enfoques pedagógicos e prioridades nas ementas de Educação Física, sugerindo que a formação de professores/as e a elaboração de currículos podem estar influenciando como esses temas são abordados nas aulas. Entretanto, é importante destacar que a simples quantificação das menções não é suficiente para avaliar a qualidade da abordagem desses assuntos.

De acordo com a pesquisa de Silva e Marani (2022), mesmo quando presente, o tema o “gênero” não está totalmente integrado às práticas pedagógicas ou aos conteúdos obrigatórios dos cursos de licenciatura em Educação Física. Frequentemente, aparece de forma pontual, em disciplinas optativas, o que pode restringir o entendimento e a discussão sobre esses temas cruciais. Da mesma forma, as regiões mencionadas, segundo Silva e Marani (2022) mostram uma presença ainda tímida de disciplinas específicas sobre “gênero” e “sexualidade” nos currículos de Educação Física, mas as que existem tendem a desafiar as normativas

tradicionais, contribuindo para uma formação docente mais crítica e voltada à justiça social e inclusão.

Nesse cenário, é necessário compreender como a Educação Física pode contribuir para abordar as discussões de gênero e sexualidade e promover uma formação mais inclusiva e consciente. Como apontam Marani *et al.*:

[...] os estudos referentes ao corpo em suas dimensões culturais eram, de certo modo, tangenciados, o que produzia noções, por vezes, que “naturalizam” diferenças de gênero, de sexualidade, de raça, entre outros assuntos. Somado a isso, algumas metodologias materializadas em pesquisas do curso seguiam a mesma “lógica”, o que acenava para a ideia de que algumas questões não poderiam ser tematizadas pela área (2021, p. 206).

Assim, conceber tais resultados exige uma retomada de conceitos fundamentais que sustentam as discussões sobre gênero e sexualidade. Afinal, a maneira como esses conceitos são entendidos influencia diretamente sua inserção nos currículos e nas práticas pedagógicas. O conceito de gênero, por exemplo, não é apenas uma expressão cultural distinta do sexo biológico, mas um mecanismo que constrói e define os próprios significados atribuídos ao sexo (Butler, 2018). Dessa forma, com o crescente aumento de movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e das abordagens pós-estruturalistas, pesquisadores/as passaram a questionar essa rigidez e a destacar a pluralidade das identidades e expressões de gênero.

Quanto à sexualidade, esta pode ser compreendida a partir de quatro dimensões interligadas: gênero e papel social, que se estruturam com base nas distinções feitas entre os sexos (Scott, 1995); orientação sexual, entendida como atração romântica ou sexual entre os indivíduos (American Psychiatric Association, 2009); e identidade sexual, que se constitui por intermédio das mais diversificadas formas pelas quais os indivíduos vivem sua sexualidade e deve ser entendida como um constructo instável e mutável, em constante estado de transformação (Santos, 2010).

A partir da análise dos planos, utilizando a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2010), foram estabelecidas categorias temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e conceitos associados. Estas categorias serão melhor descritas e discutidas no próximo tópico.

As categorias decorrentes da análise

Após a coleta e codificação dos dados, utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2010), foi possível identificar de que forma as questões relacionadas a gênero e sexualidade são tratadas – ou, em muitos casos, negligenciadas – nos documentos institucionais que orientam a prática educacional.

Após a leitura minuciosa dos Planos de Ensino de Educação Física das instituições estudadas, buscou-se localizar termos relacionados aos temas de gênero e sexualidade. Com base nessa análise, foram definidas quatro categorias principais: 1- Reconhecimento das diferenças de Gênero; 2- Sexualidade; 3- Atravessamentos nas práticas corporais; 4- Processos de exclusão, discriminação e preconceito.

Em sequência, estão em detalhes as categorias identificadas, acompanhadas de exemplos representando suas respectivas unidades de registro e de contexto, extraídos diretamente dos documentos analisados. O objetivo desta etapa é evidenciar de que maneira as temáticas de gênero e sexualidade são contempladas ou, em alguns casos, silenciadas nos diferentes níveis de ensino e nas distintas instituições investigadas. Essa etapa da análise buscou, portanto, não apenas caracterizar a presença ou ausência desses temas, mas também compreender os sentidos atribuídos a eles no interior das propostas pedagógicas.

Abaixo, apresenta-se o Quadro 3, que destaca a categoria “Reconhecimento das diferenças de gênero”, apresentando exemplos de contextos e registros encontrados e as respectivas instituições em que estão presentes:

Quadro 3 - Destaques da Categoria de análise: Reconhecimento das diferenças de gênero

Quadro de Destaques - Categoria “ Reconhecimento das diferenças de gênero ”	
Instituição de Ensino - Fase Escolar	Unidade de Contexto e Unidade de Registro (destacada em negrito)
CA UFSC - Ensino Fundamental	“Compreender diferentes práticas corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, percebendo os elementos mais avançados sobre diversidade , seja cultural, étnica, racial e gênero ” (7º ano, p. 1).
CAP UFRGS - Ensino Fundamental	“ (Re)conhecer e respeitar as questões de gênero , desigualdades raciais e sociais e outras diferenças a fim de auxiliar no processo de construção da sua identidade e na promoção da equidade.” (1º ano, p. 2) (2º ano, p. 2) (3º ano, p. 2) (4º ano, p. 2) (5º ano, p. 2).
	“2) reconhecer que todos nós somos diferentes; 3) refletir acerca da questões de gênero , etnia, inclusão ,” (6º ano, p. 2) (7º ano, p. 2).
CP EBAP UFMG - Ensino Fundamental	“ Reconhecer as diferenças de gênero , étnico-raciais, religiosas, de classe social e de aparência e/ou desempenho corporal na realização das práticas corporais propostas.” (Proposta Pedagógica de Educação Física, p. 11).

Legenda: Para os Quadros 3, 4, 5 e 6, optou-se por apresentar destaques, em vez de todos os contextos na íntegra, tendo em vista o elevado número de menções e, por consequência, de contextos, o que poderia atrapalhar a fluidez do texto e intrinsecar a sua compreensão. Para a escolha dos destaques, verificou-se quais contextos se repetiam e/ou se assemelhavam e optou-se por trazer os destaques que melhor compreendessem e representassem os demais contextos.

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

A partir da observação do Quadro 3, torna-se evidente a preocupação dos colégios investigados em reconhecer, compreender e respeitar as questões de gênero. Nota-se também que, para além de gênero, temáticas como etnia, raça e classe social aparecem nos recortes. Em sua maioria, o enfoque desse diálogo está no ensino fundamental.

Segundo Silva, Lima, Neto e Sousa (2019), em sua pesquisa “O futebol nas aulas de Educação Física: análise das opiniões de meninos quanto à participação ativa das meninas nesse desporto” identifica-se um desafio quanto à participação das meninas nas aulas de Educação Física, pois os “motivos para a exclusão era por acreditarem que o futebol assim como outros desportos pertencem aos meninos e não as meninas” (Silva, *et al.* 2019, p. 19). Isso evidencia a persistência de estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física, e que, ao reforçar estereótipos, pode acabar limitando o potencial educativo da disciplina, que deve ser compreendida como um espaço de aprendizagem, convivência e inclusão. De acordo com Jesus e Deivide:

A intervenção pedagógica do docente torna-se fundamental para a desconstrução de alguns estereótipos e a minimização da separação dos sexos nas aulas de EFe, incentivando a prática de alunos e alunas nas mesmas atividades corporais, contribuindo para o desenvolvimento da solidariedade, gerando um melhor entendimento da construção social das diferenças de gênero e consequentemente, a tolerância de ambos os sexos, sobre o seu desempenho nas atividades motoras propostas (2006, p. 128 e 129).

Desse modo, fica evidente a importância da ação intencional do/a professor/a, capaz de transformar a Educação Física em um espaço mais inclusivo e democrático. Essa atuação permite que os/as estudantes participem de forma equitativa e desenvolvam, não apenas suas habilidades motoras, mas também valores relacionados ao respeito, à convivência e à valorização das diferenças.

Por conseguinte, reconhecer as diferenças de gênero na Educação Física escolar é fundamental para ampliar a participação de todos/as os/as estudantes, garantindo um ambiente mais democrático e inclusivo. Relacionando com o quadro analisado, torna-se possível observar a importância da inclusão dessa temática nos planos de ensino dos CA, para que o espaço escolar possa se tornar um lugar para desconstrução de preconceitos e de contribuição à formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos com as diversidades.

Dando sequência à análise, apresenta-se a seguir o Quadro 4, que sintetiza os principais achados referentes à categoria "sexualidade", compilando excertos contextuais, frequência de registros e as instituições em que foram identificados:

Quadro 4: Destaques da Categoria de análise: Sexualidade

Quadro de Destaques - Categoria “Sexualidade”	
Instituição de Ensino - Fase Escolar	Unidade de Contexto e Unidade de Registro (destacada em negrito)
CA UFSC - Ensino Fundamental	“Estudar e discutir questões contemporâneas no esporte como gênero , racismo, homofobia , violência, mídia, marketing, rendimento, lazer e participação.” (8º ano, p. 2)
UFG/CEPAE- Ensino Médio	“Eixo Temático: Gênero e Sexualidade na Dança . Objetivo Geral: Refletir acerca do surgimento da Dança de Salão, reconhecê-la enquanto expressão corporal e identificar seus princípios e elementos essenciais. Identificar os campos em que a dança está inserida na sociedade e a discussão com o gênero e a sexualidade ” (1º ano do ensino médio, p. 2)

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

O Quadro 4 destaca a presença de relevantes questões relacionadas à sexualidade nos planos de ensino analisados, especialmente no CA da UFSC, onde há a preocupação em discutir questões contemporâneas no esporte, como gênero e homofobia. Entretanto, observa-se que tais temáticas ainda não recebem o espaço e a profundidade necessários na proposta curricular. Nesse sentido, a pesquisa de Jaeger *et al.* (2019) revela que, ao serem questionados sobre comentários e comportamentos homofóbicos e heterossexistas, estudantes de graduação em Educação Física, ou seja, futuros/as docentes, reconheceram a presença dessas práticas. Além disso, indicaram que muitos/as professores/as reforçam esses comportamentos ou optam pelo silenciamento diante dessas situações.

Historicamente, a Educação Física consolidou-se como campo propulsor de distinções sociais, construindo e naturalizando um paradigma corporal que privilegiou atributos como masculinidade, branquitude, heterossexualidade, produtividade e saúde normativa, excluindo, assim, experiências corporais dissidentes (Castellani Filho, 1994). Nesse contexto, problematizar a sexualidade no espaço escolar configura-se como um ato de confronto direto à heteronormatividade vigente. Isso implica desafiar todo o conjunto de normas sociais e culturais que instituem a heterossexualidade como compulsória e a colocam como parâmetro naturalizado de orientação do desejo, das expectativas relacionais e das performances de gênero (Petry; Meyer, 2011).

Dessa forma, os resultados apresentados evidenciam a necessidade de um trabalho pedagógico consistente em torno das questões de sexualidade e homofobia desde a educação básica. A recorrência desses comportamentos entre futuros/as professores/as sugere que a ausência dessas discussões ao longo da formação escolar pode contribuir para a naturalização

de práticas discriminatórias. Assim, ao inserir tais temáticas de forma transversal e contínua no processo educativo, a escola não apenas cumpre sua função social, mas também pode contribuir para uma construção de um ambiente escolar, acadêmico e profissional mais inclusivo, crítico e comprometido com o respeito à diversidade.

Já o CEPAE/UFG demonstra preocupação em tratar sobre a sexualidade e sua relação com a dança, trazendo o assunto em um eixo temático do conteúdo de danças de salão. De acordo com Andreoli:

Permitir que mulheres, através da dança, também explorem características e qualidades de movimento que culturalmente são tidas como “masculinas”, tais como movimentos fortes, diretos ou explosivos, pode funcionar como uma forma de transformação das suas referências simbólicas. Da mesma forma, permitir aos meninos dançar das formas convencionadas como “femininas” pode tensionar os padrões de masculinidade dominantes. Por sua vez, utilizar noções de “masculino” e “feminino” de forma invertida, isto é, em corpos onde as normas dominantes não significam como “naturais”, também pode auxiliar em processos educativos que estejam engajados na desnaturalização de certas formas de diferenciação que foram construídas social e historicamente (2019, p.13).

A dança transcende sua dimensão individual para constituir-se como um campo de manifestação das estruturas de gênero e sexualidade ocidentais. Por meio de suas práticas e representações, torna-se possível decifrar a maneira como essas normas sociais são tanto reproduzidas quanto contestadas, criando, assim, possibilidades para sua desconstrução (Andrews; Silk, 2015). Contudo, embora essas discussões estejam presentes nos conteúdos de dança, a abordagem metodológica sobre gênero revela uma fragmentação conceitual, marcada pela repetição de terminologias que denotam tratamento superficial do tema.

Nesse sentido, observa-se a importância de incluir a temática sexualidade de forma integrada à dança no contexto escolar. A abordagem proposta pelo CEPAE demonstra como a dança pode ser utilizada como dispositivo pedagógico para questionar estereótipos de gênero e ampliar as possibilidades de expressão corporal. Dessa maneira, a articulação entre dança e sexualidade favorece não apenas o desenvolvimento artístico, mas também uma educação comprometida com a igualdade, o respeito à diversidade e a formação crítica dos/as alunos/as.

Embora a temática sexualidade se apresente de forma reduzida nos planos de ensino das instituições, seu aparecimento revela uma preocupação em discuti-lá não apenas na sua forma biológica, mas também sobre as normas sociais que constituem o comportamento corporal. Quando discutido de forma séria e aprofundada, esse tópico possibilita ampliar reflexões sobre identidade, afeto e liberdade de expressão do corpo. Apesar de pouco recorrente nos documentos, muito se deve à sua associação como sinônimo de gênero, movimentos de

discussões sobre o tema tornam-se importantes e demonstram a preocupação dessas instituições em debater limites tradicionais impostos pela sociedade.

Adiante, dirigindo-se para a categoria “Atravessamentos nas práticas corporais”, expõe-se o Quadro 5, que traz os destaques dos dados obtidos para este tema, com exemplos de contextos e registros encontrados, bem como as respectivas instituições em que estão presentes:

Quadro 5: Destaques da Categoria de análise: Atravessamentos nas práticas corporais

Quadro de Destaques - Categoria “Atravessamentos nas práticas corporais”	
Instituição de Ensino - Fase Escolar	Unidade de Contexto e Unidade de Registro (destacada em negrito)
UFSC - Ensino Médio	“ AVALIAÇÃO: Trabalho sobre a Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA. Adotar uma equipe feminina. Fazer o histórico dessa equipe, analisando o investimento financeiro do país no futebol. Acompanhar a trajetória da equipe na Copa do Mundo, apresentando os jogos, resultados, jogadoras da equipe, sistema tático etc. Análise de partidas de pela TV, rádio, jornal, sites - analisar os comentários de narradores e comentaristas e comparar ao que está acontecendo no jogo ” (Futebol - Ens. Médio, p. 10).
UFMG - Ensino Fundamental	“propor uma discussão sobre gênero por meio de uma charge ou a partir de uma discussão sobre algo que aconteceu em uma aula ou a partir de como os jogos digitais apresentam o homem e a mulher nas práticas corporais (por exemplo, há equipes femininas no Playstation?) ” (Proposta Pedagógica de Educação Física, p. 7).
CEPAE - Ensino Fundamental	“Conteúdo: Reconhecer e valorizar a prática de lutas por todos e todas ” (3º ano, E.F., p. 2).

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

O Quadro 5 apresenta as temáticas de “gênero” e “sexualidade” por meio do atravessamento nas práticas corporais, contemplando modalidades como basquete, voleibol, futebol, dança, lutas, jogos eletrônicos e handebol. Ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nota-se que, entre as contribuições das diferentes áreas do conhecimento, a Educação Física:

Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido, busca garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania (Brasil, 1998, p.62).

Dessa forma, a Educação Física escolar vai além do desenvolvimento motor, constituindo-se como espaço de inclusão e valorização das diferenças. Nesse contexto, os CA, ao integrarem discussões sobre “gênero” e “sexualidade” com as práticas corporais, demonstram preocupação com a participação de todos/as e fomentam a cooperação, autonomia e a cidadania. Assim, a Educação Física assume papel pedagógico transformador, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a construção de um ambiente escolar mais equitativo e democrático.

Observa-se, em vários trechos do quadro, a preocupação das instituições em dar visibilidade e espaço para as mulheres no esporte, onde, por anos foram marginalizadas e deixadas à margem. De acordo com Cruz, Brito e Souza (2019), os esportes historicamente estiveram associados a questões de gênero, sexualidade, conflitos e preconceitos. Atualmente, sua prática tem se configurado como um espaço de debates e reflexões sobre os padrões de gênero e sexualidade, os quais ainda reforçam a polarização entre categorias femininas e masculinas. Esse cenário evidencia que, embora haja esforços institucionais para ampliar a participação feminina no esporte, ainda persiste a necessidade de superar estruturas que reforçam estereótipos e desigualdades de gênero, demonstrando que a busca por visibilidade caminha junto aos desafios de romper com a histórica separação entre os gêneros.

Assim, fica evidente que dar voz às mulheres no esporte é uma forma de romper com a masculinidade hegemônica presente nesse campo e demonstrar que mulheres também podem praticar esportes e não são, de forma alguma, inferiores aos homens. Evidencia-se, também, que a inclusão de todos/as nos esportes e nas demais áreas da cultura corporal implica reconhecer a diversidade dos/as estudantes, suas identidades e experiências, o que pode caracterizar a defesa de um espaço verdadeiramente democrático, em que todos/as possam se expressar, aprender e se desenvolver de forma plena.

Como última categoria, o Quadro 6 aponta os destaques relacionados a “Processos de exclusão, discriminação e preconceito”, elencando recortes contextuais, frequência de registros e as instituições onde foram identificados:

Quadro 5: Destaques da Categoria de análise: Processos de exclusão, discriminação e preconceito

Quadro de Destaques - Categoria “Processos de exclusão, discriminação e preconceito”	
Instituição de Ensino - Fase Escolar	Unidade de Contexto e Unidade de Registro (destacada em negrito)

CEPAE - Ensino Fundamental	“Metodologia: d) a análise e a reflexão sobre os processos de exclusão/inclusão, baseados nos conflitos e contradições de gênero , raça, classe, geração e deficiência.” (1º ano, p. 3) (2º ano, p. 3,4) (3º ano, p. 2) (4º ano, p. 5) (5º ano, p. 2)
CAP UFRGS - Ensino Médio	“Identificar e problematizar os principais modelos, padrões e estereótipos intrínsecos às práticas da modalidade em particular e das práticas corporais em geral, no que se refere às questões sobre: concepções sobre o corpo e a estética corporal; os gestos técnicos padronizados; as várias formas de discriminação (racial, de gênero , das diferenças, etc.)” (Ensino Médio, 1º ano, p. 2) (Ensino Médio, 2º ano, p. 2) (Ensino Médio, 3º ano, p. 2)

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

No Quadro 6, a categoria de análise reúne os trechos voltados à reflexão sobre processos de exclusão/inclusão, discriminação e preconceito relacionados a gênero, raça, classe e outras diferenças no contexto das práticas corporais e do esporte. Dessa forma, observa-se uma abordagem multifacetada por parte das instituições de ensino ao lidarem com tais questões. Tais diferenças são naturais, visto que os indivíduos constroem identidades plurais por meio de processos sociais de distinção. Nessa dinâmica relacional, as diferenças acabam sendo convertidas em categorias de classificação que frequentemente fundamentam práticas discriminatórias (Zamboni, 2024).

Em sua pesquisa sobre o preconceito e exclusão nas práticas corporais, Fabri e Ferreira (2020, p. 13) notaram que questões como as apontadas nos planos de ensino ainda apresentam desafios significativos em serem abordadas e destacam a importância de uma “sensibilização e cuidado por parte de todos os envolvidos nos processos educativos, carecendo de ações efetivas que mobilizem o agir na prática pedagógica, gerando reflexões e críticas”. Além disso, afirmam que:

[...] toda e qualquer atitude de preconceito e de exclusão que possa ocorrer durante as práticas corporais, nas escolas ou em projetos sociais, devem se tornar oportunidade para aprender. É necessário discutir e refletir sobre as atitudes, propiciando momentos de aprender com as diferenças (Fabri; Ferreira, 2020, p. 13-14).

Percebe-se que o enfrentamento de preconceitos nas práticas corporais requer ações efetivas e contínuas que mobilizem mudanças nas práticas escolares. Essa perspectiva reforça a necessidade de transformar situações discriminatórias em experiências formativas, capazes de promover uma educação mais crítica, inclusiva e alinhada ao respeito à diversidade.

Dessa forma, a partir do conteúdo do quadro e de sua análise, evidencia-se uma consistente preocupação das instituições de ensino em abordar criticamente as dinâmicas sociais que geram desigualdades e injustiças no contexto das práticas corporais e esportivas. A inclusão de temas como gênero, sexualidade, raça, classe e deficiência nas metodologias de

ensino, desde o Ensino Fundamental até o Médio, demonstra um esforço em formar indivíduos mais conscientes e engajados na promoção da equidade e no combate a diversas formas de discriminação.

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo investigar a tematização de gênero e sexualidade nas propostas curriculares de Educação Física (EF) nos Colégios de Aplicação das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Para tanto, foi utilizada a metodologia qualitativa de análise documental, fundamentada nos ECF, bem como foi implementada a análise de conteúdo para a identificação e investigação desses temas.

A identificação de como as questões de gênero e sexualidade atravessam os documentos ocorreu a partir da análise das ementas, dos objetivos e dos conteúdos relacionados à Educação Física, considerando a forma como esses temas foram abordados e evidenciados nos planos de ensino. Por meio das categorias estabelecidas, foi possível observar a presença e o atravessamento dessas temáticas, identificadas em termos e contextos associados a elas, como, por exemplo, a preocupação em discutir questões como homofobia e gênero no ensino fundamental, conforme ilustrado no Quadro 4.

Foi possível reconhecer que a tematização de gênero e sexualidade nas propostas curriculares impacta na materialização de uma Educação Física apoiada na justiça social, pois, ao serem incluídas nas ementas e trabalhadas nas aulas, essas questões ampliam a compreensão crítica sobre as desigualdades presentes no ambiente escolar e na sociedade em geral. Quando os planos de ensino contemplam termos e contextos relacionados a essas temáticas, contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes e para a construção de um ambiente onde a diversidade é valorizada.

Entre as possibilidades da pesquisa, destaca-se a compreensão sobre como as questões de gênero e sexualidade estão presentes, ou ausentes, nas propostas curriculares de Educação Física dos CA, permitindo identificar a forma como esses temas atravessam e são evidenciados nos documentos oficiais. A análise também fornece subsídios para reflexões sobre práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a justiça social. Por outro lado, a pesquisa apresentou certos limites, como a escolha metodológica centrada na análise documental, que não contempla diretamente as práticas cotidianas de professores/as e estudantes, além da dependência de documentos disponíveis nos sites institucionais ou obtidos por meio de contato

eletrônico, o que levou à exclusão de algumas escolas e pode ter restringido o alcance dos resultados.

Por fim, o estudo destacou que os documentos analisados revelam uma preocupação significativa, por parte dos CA, em abordar questões relacionadas a gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física. A presença dos termos e suas variações nos planos de ensino indica uma tentativa de integrar esses temas relevantes ao currículo, promovendo uma educação mais inclusiva e consciente. Entretanto, é igualmente importante considerar a ausência desses termos nas ementas, o que pode refletir resistências ou a falta de conscientização sobre a importância de discutir tais questões no ambiente escolar.

Estudos sobre a tematização de gênero na Educação Física não são recentes. As pesquisas sobre o assunto, a exemplo de Iwamoto, Amorim e Seabra (2020), Araújo e Devede (2019), Silva e Marani (2022) apontaram como o tema tem sido materializado em currículos de Educação Física no cenário brasileiro, entretanto, tais pesquisas foram realizadas no âmbito da formação inicial em Educação Física, em currículos universitários, tanto de universidades públicas (estaduais e federais), quanto em instituições privadas.

Ao analisar os currículos de Educação Física nos CA, evidencia-se que esses espaços assumem relevância para além da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois possuem caráter formativo, que tensionam a formação inicial e continuada de professores/as. A tematização de gênero e sexualidade nesses contextos revela-se como um campo de disputas e possibilidades: ao mesmo tempo em que revela silêncios e lacunas herdados da formação superior, também aponta para experiências que podem reconfigurar o trato da diferença no âmbito escolar. Nesse sentido, reconhecer os CA como locus de experimentação pedagógica crítica e de enfrentamento às desigualdades curriculares é atribuir a eles um papel estratégico na consolidação de uma Educação Física comprometida com os marcadores sociais da diferença.

Dessa forma, é de suma importância a continuidade de estudos que tenham como enfoque a educação básica, ampliando a análise da tematização de gênero e sexualidade não só em CA ou em universidades, ampliando para outras instituições de ensino. Portanto, a análise não apenas evidenciou os avanços na inclusão desses temas, mas também ressaltou a necessidade de um esforço contínuo para garantir que todos os CA adotem uma abordagem abrangente, crítica e informada em suas práticas pedagógicas.

ORCID dos autores

Julia Victoria Cardoso Belo (0009-0008-4070-6370), Laiany Marques Guimarães (0009-0000-0595-2041), Santhiago Magalhães Almeida Nery (0009-0007-7519-0207), Ábia Lima de França (0000-0002-3087-0731), Vitor Hugo Marani (0000-0003-0972-5043).

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesse no presente estudo.

Financiamento

Esta pesquisa contou com o apoio institucional do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Goiás (PRPI/UFG), e com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do CNPq.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Sexual Orientation**. United States of America, 17 mar. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20110722080052/http://www.healthyminds.org/More-Info-For/GayLesbianBisexuals.aspx>>. Acesso em: 1 de agosto de 2025.

ANDREOLI, G. S. (2019). O Ensino da Dança e as Relações de Gênero e Sexualidade. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, 5(2), Artigo nº 926.

ANDREWS, D. L.; SILK, M. L. Physical cultural studies on sport. In: GIULIANOTTI, Richard (ed.). **Routledge Handbook of the Sociology of Sport**. Londres: Routledge, 2015. p. 83-93.

ARAÚJO, A. B. C.; DEVIDE, F. P. “**Gênero**” e “**sexualidade**” na formação em Educação Física: uma análise dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior Públicas do Rio de Janeiro. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 25-41, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acesso em: 1 de agosto de 2025.

BUTLER, J. P. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, F. O. O Colégio de Aplicação e a universidade: comunidade investigativa na formação docente em Artes Visuais. **Revista Cocar**, v. 18, n. 32, p. 1-19, 2021.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994.

CRUZ, D. T. R. da; BRITO, L. F.; SOUSA, F. E. V. de. Questões de gênero nas aulas de Educação Física: discursos de meninos e meninas de uma escola pública de Pedreiras - MA. In: SOUSA, F. E. V. de (Org.). **Reflexões sobre questões de gênero nas aulas de Educação Física Escolar**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 63-97.f

DEVIDE, F. P. *et al.* Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, n. 1, p. 93–103, jan. 2011.

FABRI, E. I. J.; FERREIRA, L. A. Reflexões sobre preconceito e exclusão nas práticas corporais: narrativas de participantes de um projeto social. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-17, jan./dez. 2020.

IWAMOTO, T. C.; AMORIM, W. A.; SEABRA, A. L. dos S.. Docência universitária e a formação de professores de Educação Física: a relação entre conteúdos e gênero. **Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 14, p. 122-142, nov. 2020.

JAEGER, A. A. *et al.* Formação Profissional Em Educação Física: Homofobia, Heterossexismo E As Possibilidades De Mudanças Na Percepção Dos(As) Estudantes. **Movimento**, Porto Alegre, V. 25, E25040, 2019.

JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**, vol. 12, núm. 3, setembro-dezembro, 2006, pp. 123-140. Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones**, Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul. 2015.

MARANI, V H, *et al.* (2021) - GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NOS ESTUDOS CULTURAIS FÍSICOS. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.58, 2021.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 -198, 2011.

SANTOS, Vilma Canazart dos. Índícios de sentidos e significados de feminilidade e masculinidade em aulas de educação física. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.4, p.841-852, out./dez. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em: 29 de julho de 2025.

SILK, M. L.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. Introduction. In: SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly (Ed.). **Routledge Handbook of Physical Cultural Studies**. Londres: Routledge International Handbooks, 2017, p. 1-12.

SILVA, G. G. M. da; MARANI, V. H. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022.

SILVA, M. Y. L.; LIMA, G. B. B.; NETO, E. E. dos S.; SOUSA, F. E. V. de. O futebol nas aulas de Educação Física: análise das opiniões de meninos quanto à participação ativa das meninas nesse desporto. In: SOUSA, F. E. V. de (Org.). **Reflexões sobre questões de gênero nas aulas de Educação Física Escolar**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 12-24.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

ZAMBONI, Márcio Bressiani. Marcadores sociais da diferença. In: **Sociologia**: Grandes Temas do Conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 14–18, 2014.